

**ATA DA 120ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e dezoito (20.11.2018), às nove horas e vinte minutos (9h20min), no Plenário dos Colegiados Sônia Maria Araújo Pinheiro, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça para a sua 120ª Sessão Extraordinária, sob a presidência do Dr. José Omar de Almeida Júnior, Procurador-Geral de Justiça. Registrou-se as ausências justificadas dos Drs. José Demóstenes de Abreu, Ricardo Vicente da Silva, Elaine Marciano Pires e Ana Paula Reigota Ferreira Catini, Membros. Constatou-se ainda as presenças da Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira, Chefe de Gabinete do PGJ, da Dra. Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça Assessora Especial do PGJ, do Dr. Luciano Cesar Casaroti, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público – ATMP, do Sr. Saldanha Dias Valadares Neto, Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público – ASAMP, do Sr. Carlos Rogério Ferreira do Carmo, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – SINDSEMP/TO, e de diversos outros servidores da Instituição. Verificada a existência de *quorum*, o Presidente declarou aberta a sessão, convocada para a **Apresentação da Proposta Orçamentária para o ano de 2019**. De início, tendo em vista as ausências da Secretária do Colegiado e de seu substituto, designou-se a Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira como Secretária *ad hoc*. Logo após, o Presidente apresentou o **Relatório de Demandas Administrativas das Promotorias de Justiça do interior**, resultado de visitas a 35 (trinta e cinco) unidades do MPTO, no último mês de outubro, pelo Procurador-Geral de Justiça e sua equipe administrativa, destacando que foram registradas diversas pendências nas sedes, sobretudo de ordem material/estrutural, que, em sua maioria, já foram solucionadas ou cujas providências estão em andamento. Em seguida, a palavra foi concedida ao Sr. Marcos Conceição da Silva, Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão, que procedeu à apresentação da **Proposta de Lei Orçamentária Anual – LOA para o ano de 2019**, elencando: 1) um breve histórico da execução orçamentária do MPTO; 2) a proposta orçamentária para o ano de 2019, no valor total de **R\$ 240.332.992,00** (duzentos e quarenta milhões, trezentos e trinta e dois mil, novecentos e noventa e dois reais), ou seja, com 14,44% de aumento em relação ao

exercício 2018, composta por 99,94% de recursos ordinários do Tesouro Estadual e 0,06% de recursos próprios; 3) a estimativa de arrecadação de receitas do Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Tocantins – FUMP, no valor de R\$ 145.600,00 (cento e quarenta e cinco mil e seiscentos reais); 4) a composição do orçamento por grupos de despesas, sendo 73,56% em Pessoal e Encargos Sociais, 23,08% em Outras Despesas Correntes e 3,36% em Investimentos; e 5) as novas demandas para 2019 por grupos de despesas. Em discussão a matéria, o Dr. Marco Antonio Alves Bezerra levantou questão acerca (1) dos elevados gastos previstos para determinados Centros de Apoio Operacional em detrimento de outros órgãos da Instituição; (2) o custo/benefício da contratação de consultoria para elaboração, monitoramento e gerenciamento do Planejamento Estratégico e (3) a ausência de prestação de contas do Planejamento Estratégico iniciado em 2009. O Presidente esclareceu que, com relação à discrepância de gastos, estes variam conforme a natureza da atuação e os projetos apresentados por cada departamento/órgão na Instituição; já no tocante ao Planejamento Estratégico, salientou que, a seu ver, houve sim bastante evolução em termos organizacionais no *Parquet*, e, por determinação do Conselho Nacional do Ministério Público, é preciso dar continuidade ao processo. Com a palavra, o Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão frisou que se encontram disponíveis, no *site* institucional, os Relatórios Anuais de Desempenho do Plano Estratégico do MPTO, contendo os resultados sob as perspectivas de (1) impacto social, (2) processos internos, (3) pessoas, tecnologia e infraestrutura e (4) financeira. O Dr. José Maria da Silva Júnior, por sua vez, sugeriu que fosse feita uma apresentação, de forma resumida, ao Colégio de Procuradores de Justiça, dos resultados obtidos nestes primeiros 10 (dez) anos de Planejamento Estratégico, até mesmo como uma forma de autocrítica para as próximas etapas do planejamento. Após, a palavra foi concedida ao Sr. Carlos Rogério Ferreira do Carmo, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público – SINDSEMP/TO, que teceu as seguintes considerações: 1) requereu um olhar com mais atenção aos servidores do *Parquet*; 2) lembrou que o Ministério Público é, hoje, o mais atrasado do Estado em termos salariais se comparado a Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa e Defensoria Pública; 3) solicitou estudos visando à revisão do Plano de

Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR, que não tem melhorias desde o ano de 2014; 4) registrou que os servidores têm evoluído a cada ano, prestando serviços de excelência, e, por isso, necessitam de uma maior valorização. Na sequência, concedeu-se a palavra, também, ao Sr. Saldanha Dias Valadares Neto, Presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público – ASAMP, que:

- 1) ressaltou que sua maior preocupação é no tocante a eventuais cortes no orçamento em razão do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, pedindo, para tanto, que estes sejam feitos de forma igualitária, de modo a não atingir apenas a classe de servidores com exonerações, reduções de cargos comissionados, entre outros;
- 2) agradeceu ao Procurador-Geral de Justiça pela regulamentação do pagamento de indenização de férias aos servidores, almejando que o orçamento tenha contemplado esta previsão;
- 3) requereu a atualização dos valores referentes ao Auxílio-Creche, que abarca atualmente uma parcela ínfima de servidores, não causando grandes impactos orçamentários;
- 4) lembrou da proposta encaminhada à gestão anterior em relação à revisão da Unidade Real de Valor – URV, que já foi paga administrativamente aos Procuradores e Promotores de Justiça e a alguns servidores mediante ações judiciais, e que deve ser estendida a todos os servidores, de forma parcelada, para não comprometer as finanças da Instituição, diminuindo, assim, o seu passivo; e
- 5) reforçou o pedido de disponibilização de um computador para que os servidores possam registrar suas frequências na entrada do prédio da Procuradoria-Geral de Justiça.

Ato contínuo, o Dr. Alcir Raineri Filho destacou a importância de se prever, no orçamento, recursos voltados ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, a exemplo de outros órgãos estaduais. Com a palavra, a Dra. Maria Cotinha Bezerra Pereira, Chefe de Gabinete do PGJ, esclareceu que a instituição do Programa de Aposentadoria Incentivada feriria a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois criaria despesa sem expectativa de receita. A Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira, na condição de Coordenadora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, constatou a ausência da previsão de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a 2ª edição do “Prêmio CESAFA”, voltado às práticas bem-sucedidas dos Promotores de Justiça que tenham contribuído para modificar a realidade negativa da localidade de sua atuação. O Procurador-Geral de Justiça e o Chefe de Planejamento prontamente se comprometeram a incluir esse item no

projeto final a ser encaminhado à Assembleia Legislativa. O Presidente, então, teceu suas considerações, ora registradas, de forma resumida: 1) a proposta orçamentária apresentada, já bastante enxuta, certamente sofrerá cortes, a depender da publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO pelo Governo Estadual; 2) a partir do teto estabelecido pelo Poder Executivo, então, o orçamento poderá ser revisto, com o estabelecimento de prioridades e a exclusão de algumas despesas; 3) os tempos vividos atualmente são difíceis, tanto que o Tocantins é, hoje, um Estado falido, “fruto” da insensatez de todos os envolvidos na “máquina pública”; 4) o que se busca através do Planejamento Estratégico é, sobretudo, a mudança de mentalidade das pessoas, visando qualidade e eficiência com economicidade; 5) as reivindicações de melhorias são, em sua maioria, justas, porém as dificuldades orçamentário-financeiras infelizmente as inviabilizam; e 6) portanto, sua Administração será pautada por planejamento acentuado, de modo a ter um controle mais eficiente e eficaz dos recursos. Por fim, em votação, a proposta orçamentária para o ano de 2019 restou aprovada à unanimidade. Nada mais havendo, a presente sessão foi encerrada às onze horas e quarenta minutos (11h40min), do que, para constar, eu, _____, Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação.

José Omar de Almeida Júnior

Leila da Costa Vilela Magalhães

Alcir Raineri Filho

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

João Rodrigues Filho

Marco Antonio Alves Bezerra

José Maria da Silva Júnior

Jacqueline Borges Silva Tomaz